



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ACTA Nº 23/2011

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

Aos sete dias do mês de Dezembro de dois mil e onze, nesta cidade de Rio Maior e na sala de Reuniões sita nos Paços do Concelho reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência da Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Arq^o Helena Cristina Fernandes Paixão, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida e Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva. -----

FALTAS

Foi justificada a falta do Vereadora, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso, por se encontrar de Férias, tendo a mesma sido substituída pela Arq^a Helena Cristina Pedro Fernandes Paixão. -----

INÍCIO

Quando eram quinze horas, verificando-se a existência de quórum a Presidente, Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, declarou aberta a reunião. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA

A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

Operações Orçamentais: oitocentos e setenta e três mil, cento e oito euros, quarenta e sete cêntimos. -----

Operações não Orçamentais: Cento e setenta e dois mil, duzentos e oitenta e sete euros e oitenta e um cêntimos. -----

COMPETÊNCIA DELEGADA

Ao abrigo da previsão do nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara tomou conhecimento que, no uso da competência delegada e subdelegada, a Presidente e o Vereador Dr. Carlos Fernando Frazão Correia haviam proferido despachos sobre assuntos emanados da Unidade de Obras Particulares e Ordenamento, bem como da Subunidade de Contabilidade – neste último caso referente à vigésima Alteração/Modificação ao Orçamento 2011 – Despesa e à vigésima Alteração/Modificação às Grandes Opções do Plano 2011 – Plano Plurianual de Investimentos – Actividades Mais Relevantes, os quais constam da pasta de documentos anexos a esta Acta. ---

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio solicitando alguns esclarecimentos. ---

A Presidente deu os necessários esclarecimentos acerca da presente alteração orçamental. -----

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

VEREADORA, DRA. ANA CRISTINA LOBATO PINTO FRÓIS DE FIGUEIREDO E SILVA. ---

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Pinto Fróis de Figueiredo e Silva interveio, começando por solicitar à Sra. Presidente da Câmara que a disposição da sala de reuniões fosse de modo a que os três Vereadores eleitos pelo PS se sentassem do lado direito da mesa e que o seu lugar passasse a ser sempre desse lado. -----

Mais solicitou que a Sr.^a Presidente providenciasse junto dos serviços que a disposição solicitada estivesse efectuada no início das reuniões. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

A Presidente disse não ver inconveniente na referida disposição da sala, referindo que, doravante, ficaria sempre dessa forma. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva, continuou a sua intervenção reportando-se aos regulamentos que foram submetidos a inquérito público, relativo aos “Estacionamentos Subterrâneos e à Superfície”, recordando o quão violento era para as famílias o acréscimo de mais esta despesa, dizendo que no contexto actual era muito difícil avançar com o tarifário que estava previsto, atendendo, também, à dimensão da área de intervenção abrangida. Neste sentido, solicitou à Sra. Presidente da Câmara que se reflectisse novamente sobre esta matéria. -----

Continuando no uso da palavra, sugeriu que fosse analisada a hipótese do estacionamento à superfície ser apenas cobrado nas zonas onde já fora pago anteriormente, referindo-se às zonas junto da CGD, à Pastelaria Belaria, e à saída do estacionamento subterrâneo. Ou seja opinou, que se devia restringir o pagamento a duas ou três zonas, não só com o objetivo de arrecadação de receita, mas, também por ser extremamente difícil estacionar nesses locais, pois os carros permaneciam ali o dia inteiro e era importante haver uma certa rotatividade.-----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva, concluiu a sua intervenção, opinando que os poderes públicos locais iam, com certeza, ter capacidade para prescindir da arrecadação de alguma receita, permitindo que as famílias possam, com mais à vontade, deslocar-se ao centro da cidade, designadamente, para trabalhar e fazer compras. -----

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, referindo que reforçava tudo aquilo que a Sra. Vereadora, Dra. Cristina Silva afirmara, solicitando que esta matéria fosse devidamente analisada, sugerindo a suspensão daquela decisão inicial, recordando que, na altura, quando fora

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

presente a reunião de Câmara, não tivera tempo de estudar o assunto atempadamente, daí o seu sentido de voto ter sido a abstenção.-----

Continuando no uso da palavra, o Vereador, Dr. Carlos Nazaré opinou tratar-se de uma questão altamente penalizante para as famílias que viviam naquela zona, tanto para o comércio, como para os que trabalhavam na cidade, frisando ser um regulamento que ia agravar ainda mais a vida das famílias bem como o próprio comércio, que como todos sabiam, vivia momentos dramáticos por todo o país. -----

Concluiu a sua intervenção, sugerindo que por muito que isso custasse ao município, em termos de receita que se pretendia arrecadar, que o assunto fosse repensado, salientando que, por vezes, mais valia voltar atrás do que prosseguir num erro, pois, na sua opinião, a prossecução daquele regulamento nos moldes em que estava publicado era um erro.-----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré, apelou à maioria para rever esta situação, disponibilizando-se para colaborar no sentido de se encontrarem soluções que minimizassem os impactos ali previstos. -----

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, interveio, começando por afirmar que não estivera presente na reunião em que o assunto relativo aos Regulamentos do Estacionamento foram apresentados, dizendo, no entanto, que ao ler os projectos de regulamento estes suscitaram-lhe algumas dúvidas, mas que não ia fazer juízos de valor precipitados. -----

Assim, referiu que gostava de saber por que razão num determinado parágrafo da justificação económico-financeira que sustentara os valores apresentados estava plasmada uma referência ao financiamento nacional e comunitário, concluindo-se dessa leitura que o parque subterrâneo não fora alvo de financiamento e, por conseguinte, que os montantes comparticipados no âmbito da requalificação urbana não foram relevantes para o estudo económico-financeiro. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

Ainda no uso da palavra, o Vereador, Dr. Silvino Sequeira, recordou tratar-se de uma candidatura apresentada aos Fundos Comunitários aquando da candidatura do Cineteatro. Mais disse que gostava de ver explicito no referido estudo referência ao financiamento do Parque de Estacionamento Subterrâneo da Rua 5 de Outubro e do Largo Aires de Sá, pois não estava devidamente clarificado.-----

Também recordou que houvera uma comparticipação para o Parque do Rossio, por parte da Administração Central, solicitando à Sra. Presidente esclarecimentos sobre estas questões para que fosse feito um raciocínio mais correcto e sustentado.-----

Dando continuidade à sua intervenção reportou-se ao artigo terceiro do regulamento publicado no Diário da República, relativo à possibilidade do município concessionar o estacionamento de duração limitada a empresa pública ou privada, dizendo entender essa alusão, no entanto, defendia que talvez fosse melhor para o município não avançar com essa concessão. Mais disse que o executivo anterior, ao abrigo da contratualização dos valores disponíveis para Rio Maior, tivera a responsabilidade de apresentar uma “programação” para aproveitamento das verbas do QREN. Disse que, na altura, houvera uma negociação com Santarém, Azambuja e Cartaxo, verificando-se um aumento de verbas de dez milhões de Euros, os quais foram repartidos igualmente por estes concelhos. Disse, também, que era intenção do Executivo contemplar a construção do parque de estacionamento para pesados. Aditou, ainda, que houvera um projeto para o efeito. Opinou que uma obra comparticipada pelos Fundos Comunitários, nalguns casos, podia atingir 95% a fundo perdido, implicando, apenas, 5% de despesa, justificando, assim, a possibilidade da Câmara ficar com o exclusivo da exploração dos parques de estacionamento.-----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira, ainda sobre os parques de estacionamento, chamou a atenção para o risco da identificação nominal no cartão de morador, dado o clima de tensão social que se vivia, sugerindo assim, haver outras alternativas para a identificação do morador.-----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

Para terminar este assunto questionou, também, para quando é que se previa a aplicação do regulamento. -----

Ainda no uso da palavra solicitou mais uma vez à Sra. Presidente para responder por escrito às questões que levantara no período antes da ordem do dia da reunião de Câmara de 09 de Setembro.-----

Solicitou, assim, cópia dos acordos escritos com a Secretaria de Estado responsável pela Loja do Cidadão e quais os serviços previstos para funcionar na referida loja. -----

Agradeceu, ainda, ter-lhe sido facultada informação sobre os projectos dos Fundos Comunitários, mas pedia o favor de lhe ser dada informação projecto a projecto. -----

Solicitou, também, esclarecimentos sobre o teor constante no ofício enviado ao Presidente do Instituto Politécnico de Santarém, sobre a afirmação que ali fora proferida, designadamente, que “tais assuntos não deviam ser tratados ao nível dos Vereadores, mas ao mais alto nível”. Referiu que gostava de saber quais são os níveis do Poder Local e em que nível estavam os Vereadores. -----

Ainda no uso da palavra e para terminar a sua intervenção solicitou indicação, por escrito, sobre o prazo contratualizado para a finalização da “Loja do Cidadão” e para as obras no “Mercado Municipal”. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA -----

A Presidente interveio, tendo começado por se referir às questões do estacionamento pago, dizendo que fora a comunicação social que publicitara que os regulamentos entravam em vigor em Janeiro de 2012. -----

Frisou com ênfase que essa data não fora assumida pelo executivo, falando-se mesmo na hipótese da sua entrada em funcionamento ser de forma faseada. --

Aditou que a situação do estacionamento também se prendia com a necessidade de regulamentar as zonas de estacionamento existentes na cidade, quer os espaços cobertos, quer os espaços descobertos.-----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

Continuando no uso da palavra, informou que ia dar cópia ao Vereador, Dr. Silvino Sequeira sobre os serviços a sediar na futura loja do cidadão, bem como cópia do Acordo de Colaboração que fora assinado com Agência de Modernização Administrativa. -----

Quanto ao prazo de execução das obras do Mercado Municipal e Loja do Cidadão, afirmou serem 270 dias, mas que depois faria chegar cópia da documentação relativa às referidas obras.-----

VEREADOR, DR. CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia interveio, começando por se reportar aos parques de estacionamento, referindo que felizmente em Portugal, a imprensa e a comunicação social eram livres, havendo aqueles que se preocupavam em fazer informação e aqueles que se preocupavam em fazer contra informação.-----

Continuando a sua intervenção, o Vereador, referiu que, nos termos da legislação em vigor, os regulamentos após reunião de Câmara eram publicados em Diário da República para inquérito público, recolha de sugestões e contributos, que decorrido o prazo para discussão pública voltavam a reunião de Câmara para deliberação a Assembleia Municipal.-----

Frisou que o executivo sempre defendera que as taxas a cobrar nos parques de estacionamento, conforme tarifário proposto, eram para ser, caso fossem aprovadas, para aplicar no parqueamento coberto, que o pagamento do estacionamento ao ar livre era de forma faseada, partindo da zona junto à Praça da República para o exterior. Frisou, ainda, não se saber quando entraria em vigor, porque implicava, entre outras coisas, a aquisição do necessário equipamento, que rondava cerca de trezentos mil Euros. Mais disse, que a Câmara Municipal, actualmente, não tinha condições financeiras para suportar a aquisição de tal equipamento. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão, disse, também que muitos munícipes apresentaram questões sobre o estacionamento à superfície, que estavam a

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

ser analisadas.-----

Ainda no uso da palavra, opinou que não era o estacionamento que colocava em causa o baixo volume de vendas do comércio riomaiorense. Informou que os serviços elaboraram um estudo sobre o número de carros que usavam os 2 parques de estacionamento, no período da época natalícia, incluindo os feriados de 1 e 8 de Dezembro, bem como os fins-de-semana que o comércio se encontrava aberto, dizendo que a média não chegava a seis carros/dia, salientando que mesmo com o estacionamento a custo zero, estes eram os dados reais.-----

Para concluir esta matéria afirmou que, infelizmente o comércio tradicional era um problema a nível nacional, bastando verificar o que se passava nas cidades em redor.-----

Ainda no uso da palavra e sobre a questão colocada pelo Vereador, Dr. Silvino Sequeira, sobre a hipótese de concessão dos parques, disse que esta surgira antes do município saber que se podia candidatar à bolsa de mérito, disse, também, e atendendo haver já uma candidatura do anterior executivo para o projeto, que fora apresentada candidatura para o parque de pesados.-----

Quanto à cobrança do estacionamento coberto, opinou que no início do próximo ano devia avançar, pois todos sabiam dos encargos decorrentes do seu funcionamento para a autarquia, quer com a energia, quer com o pessoal afecto aos dois parques. Considerou, também, que qualquer autarquia hoje mais do que nunca precisava de receitas por mais pequenas que estas fossem. Lamentou, ainda, o título da notícia publicada sobre o assunto na imprensa local.-----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão, dando continuidade à sua intervenção recordou as palavras proferidas pelo Vereador Dr. Carlos Nazaré, aquando da sujeição do assunto a reunião de Câmara, que considerara os regulamentos um trabalho notável, apresentado por parte dos serviços, assim como a Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva, que na mesma reunião chamara a atenção para a necessidade de se articular a cobrança das taxas do estacionamento

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

subterrâneo com as taxas do estacionamento à superfície. -----

Ainda sobre o estacionamento pago referiu não ser, ainda, um facto consumado, pois os eleitos são pessoas de bom senso, que defendem o interesse público, que não se esquecem daqueles que moram e trabalham em Rio Maior. Frisou mais uma vez que o pagamento a ser implementado seria faseadamente, começando pelos parques cobertos. Sobre os parques descobertos disse que se devia começar por recuperar os espaços onde já existia estacionamento, situação que só se concretizaria após as obras de requalificação, nomeadamente as várias fases da via-sacra. -----

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, voltou a intervir, questionando se a candidatura onde estava incluída a rotunda, era a mesma candidatura da requalificação.-----

VEREADOR, DR. CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão, voltou a usar da palavra, referindo tratar-se da mesma candidatura, aditando que devido à crise surgiram propostas com preços muito abaixo do mercado, conseguindo-se efectivar não só o projecto do Arqº Rolo Tavares como alargar a intervenção a outras zonas.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

A Presidente interveio, manifestando o seu desagrado por alguns mecanismos utilizados na comunicação social, tais como redes sociais e blogues, reprovando a contra informação que faziam passar. Saliendo os títulos utilizados “ *PSD e CDS querem sacar mais duzentos e quarenta mil euros aos riomaiorenses com estacionamento pago*” e “ *plano de assalto publicado no DR II Série de 21-11-2011*”. -----

Continuando no uso da palavra, a Presidente referiu também o facto de no

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

mesmo blogue, dizerem que o regulamento publicado estava em período de apreciação pública, e logo a seguir se contradizerem, afirmando “*mais uma vez o facto consumado é apresentado aos cidadãos, etc. etc.*” -----

Mais disse que se concluía que não sabiam o significado de “consulta pública”, que era o momento em que se podiam apresentar propostas e sugestões, ou então não se entendia a mensagem.-----

Frisou ter sido eleita para gerir a autarquia, para resolver questões sociais, de carência económica comprovada de agregados familiares, por exemplo questões relativas às refeições, aos transportes escolares, etc., não compreendendo como se podia intitular de “plano de assalto” o facto de se pretender cobrar o estacionamento.-----

A Presidente terminou a sua intervenção referindo que o executivo estava receptivo a todas as propostas positivas e construtivas, que contribuíssem para o bem da comunidade.-----

ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO

VOTO DE CONDENÇÃO DO INDEFERIMENTO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR DE PEDIDO DE CLASSIFICAÇÃO DO CONJUNTO EDIFICADO COMPOSTO PELA ANTIGA FÁBRICA DE BRIQUETES E PLANO INCLINADO DE EXTRACÇÃO DA MINA DO ESPADANAL ENQUANTO PATRIMÓNIO DE INTERESSE MUNICIPAL -----

Foi presente à Câmara um Voto de Condenção do indeferimento pela Câmara Municipal de Rio Maior de pedido de classificação do conjunto edificado composto pela antiga fábrica de briquetes e plano inclinado de extração da Mina do Espadanal enquanto Património de Interesse Municipal, apresentado pela Comissão de antigos funcionários da EICEL.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

DECLARAÇÕES EM REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2011 – TOMADA DE POSIÇÃO – JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA E ANTÓNIO JOSÉ MARCELINO DA SILVA -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

Foi presente à Câmara um requerimento do munícipe João Narciso Verde Costa, relativo a Declarações em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 11 de Novembro de 2011 – Tomada de Posição – João Narciso Verde da Costa e António José Marcelino da Silva.-----

A Câmara tomou conhecimento. -----

EDP – DISTRIBUIÇÃO – REMODELAÇÃO MT (MANUTENÇÃO DE REDES) NO CONCELHO DE RIO MAIOR -----

Foi presente à Câmara uma carta da EDP – Distribuição relativa à remodelação MT (Manutenção de Redes) no Concelho de Rio Maior, datada 04 de Novembro de 2011. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

ASSOCIAÇÃO DE CICLOTURISMO “OS AMIGOS DA RODA” – INAUGURAÇÃO DA SEDE - CONVITE -----

Foi presente à Câmara um convite da Associação de Cicloturismo “ Os Amigos da Roda”, para inauguração da sede da associação, no dia 11 de Dezembro, pelas 13 H.-----

Câmara tomou conhecimento. -----

GRUPO PARLAMENTAR “OS VERDES” – PLANO ESTRATÉGICO DE TRANSPORTES ----

Foi presente à Câmara uma carta do Grupo Parlamentar “ Os Verdes”, datada de 23 de Novembro de 2011, relativa ao Plano Estratégico de Transportes. ----

A Câmara tomou conhecimento. -----

XIV ANIVERSÁRIO DA ESCOLA SUPERIOR DE DESPORTO DE RIO MAIOR. -----

Foi presente à Câmara uma circular da Escola Superior de Desporto de Rio

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

Maior, relativa ao XIV aniversário da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, cuja sessão solene integrada na comemoração do aniversário com toda a comunidade académica, será adiada para data a designar. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

SUBSIDIOS E APOIOS

FESTA DE NATAL – PEDIDO DE SUBSIDIO – ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E DESPORTIVA DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR -----

Foi presente à Câmara uma carta da Associação Cultural, Recreativa e Desportiva dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Rio Maior, datada de 24 de Novembro de 2011, relativa à festa de Natal – Pedido de Subsídio. -----

O Vice-Presidente fez a apresentação do assunto, tendo manifestado satisfação com o facto de a Câmara continuar a apoiar os trabalhadores da autarquia na realização da Festa de Natal, dado as muitas penalizações já sofridas.-----

Realçou também a necessidade de continuar com o espírito de convívio, amizade e solidariedade entre todos, recordando o convívio realizado no estaleiro, denominado “Mesa da Partilha”, onde estiveram cerca de oitenta trabalhadores.-----

Para terminar congratulou-se também com o facto de, com cinco mil Euros, conseguirem, com muito engenho e arte, realizar as mesmas actividades-----

A Câmara deliberou por unanimidade, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do art.º 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, atribuir um subsídio no montante de 5.000,00€ (cinco mil euros), à Associação Cultural, Recreativa e Desportiva dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Rio Maior, destinado a apoiar a aquisição de presentes de Natal para os filhos dos trabalhadores da Câmara Municipal e a organização do respectivo almoço convívio.-----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva, fez a seguinte declaração de voto oral:-----

*“Fiquei bastante agradada com a sensibilidade da Câmara Municipal em continuar a apoiar as famílias e os trabalhadores da autarquia no contexto em que sabemos que foram penalizados e para o próximo ano ainda vão ser mais.--- Realçar a necessidade de continuarmos com este espírito de convívio, de amizade e de solidariedade.-----
Dizer também que cinco mil euros, sendo uma verba bastante inferior, parece-me que estão de parabéns por conseguirem realizar as mesmas atividades com muito engenho e muita arte.”-----*

Os restantes Vereadores eleitos pelo Partido Socialista subscreveram a presente Declaração de Voto e o Vice-Presidente, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, eleito pela Coligação “Juntos pelo Futuro”.-----

UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS

BAIRRO SOCIAL DE VALE DE ÓBIDOS – PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES – ÁGUEDA DE JESUS VIEIRA DA SILVA -----

Foi presente à Câmara uma carta de Águeda de Jesus Vieira da Silva, solicitando o pagamento em prestações da dívida relativa a uma moradia no Bairro Social de Vale de Óbidos, acompanhado de parecer da UCCP, datado de 02 de Novembro.-----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, fez a apresentação do assunto, tendo feito a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, nos termos do parecer supracitado, aceitar a proposta apresentada por Águeda de Jesus Vieira da Silva para pagamento da dívida em prestações mensais de € 75,00 (setenta e cinco Euros), relativa a uma moradia no Bairro Social de Vale de Óbidos. -----

PROCEDIMENTO CONCURSAL – CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO -----

Foi presente à Câmara uma informação da Unidade Financeira de

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

Contabilidade, Aprovisionamento e Património e proposta da Presidente da Câmara, datadas de 30 de Novembro e 05 de Dezembro, respectivamente, relativas a Procedimento Concursal – Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado.-----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, fez a apresentação do assunto, frisando ter-se verificado uma redução substancial das despesas com pessoal dado o número de rescisões, aposentações e também a redução do número de dirigentes aquando da última reestruturação dos serviços, que a Câmara entendeu, assim, que estava em condições de proceder à abertura de mais um procedimento concursal para preenchimento de um posto de trabalho – Técnico Superior - constante no mapa de pessoal.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, nos termos da proposta apresentada pela Sra. Presidente da Câmara, aprovar o recrutamento excepcional com vista à abertura de procedimento concursal na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para o preenchimento de um posto de trabalho constante no mapa de pessoal: 1 Técnico Superior – Licenciatura em Gestão, para a Unidade Orgânica Financeira de Contabilidade, Aprovisionamento e Património (UOFCAP).-----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva, fez a seguinte declaração de voto oral:-----

“Felicito a autarquia e este executivo pela opção de permitir que mais uma pessoa possa ter um emprego e um trabalho mais estável e que possa ter uma contratação com mais segurança e que apesar de todas as limitações das Autarquias, que consigamos, ainda assim, valorizar as pessoas e permitir-lhes alguma estabilidade dentro das possibilidades das autarquias.”-----

Os restantes Vereadores eleitos pelo Partido Socialista subscreveram a presente Declaração de Voto e o Vice-Presidente, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, eleito pela Coligação “Juntos pelo Futuro”.-----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, fez a seguinte declaração de voto oral:-----

“Agradeço as palavras proferidas e quero dizer que o actual executivo nas últimas reuniões de Câmara procedeu a diversas aberturas de procedimentos concursais, assim como já tinha acontecido antes, isso tem sido a política do executivo e enquanto for possível assim continuaremos e no próximo ano veremos o que é possível fazer, face às necessidades existentes e manifestadas pelos serviços.-----

UNIDADE DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE

SERVIÇO DE REFEIÇÕES - ANO LECTIVO 2010/2011 - PEDIDO DE ANULAÇÃO DE DÍVIDA -----

Foi presente à Câmara a informação nº 127/SUASS/2011, datada de 07 de Novembro de 2011, relativa ao serviço de refeições - pedido de anulação de dívida. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a anulação da dívida do montante de 59,13€, (cinquenta e nove euros e treze cêntimos), relativo à utilização do serviço de refeições no ano lectivo 2010/2011 (Fevereiro a Julho), pelo aluno José Rebelo Gomes Morgado, a frequentar o 4º ano de escolaridade no Centro Escolar nº 1, nos termos propostos na informação supracitada. -----

APOIO A TRANSPORTES ESCOLARES – ALUNO COM CARÊNCIAS ECONÓMICAS – ANO LECTIVO 2011/2012 -----

Foi presente à Câmara a informação nº 69/SUASE//2011, datada de 11 de Novembro de 2011, relativa ao apoio a transportes escolares – aluno com carências económicas – Ano Lectivo 2011/2012. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar o pedido de apoio a transportes escolares para o aluno com carências económicas, e autorizar a respectiva isenção de pagamento para o ano lectivo 2011/2012, conforme mencionado na

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

informação em apreço. -----

REGULAMENTO MUNICIPAL DE BOLSAS DE ESTUDO PARA ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR – NORMAS COMPLEMENTARES – ANO LECTIVO 2011/2012 -----

Foi presente à Câmara a informação nº 124/SUASS/2011, datada de 15 de Novembro de 2011, relativa ao Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo para alunos do ensino superior – Normas Complementares – Ano Lectivo 2011/2012.-----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, opinou que este assunto justificava um despacho de urgência, dados os prazos a cumprir.-----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, referiu que deviam ser optimistas e que todos os prazos iam ser cumpridos.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar as normas complementares do regulamento municipal de bolsas de estudo a atribuir a alunos do ensino superior no ano lectivo 2011/2012, nos termos propostos na informação supracitada.-----

AUXÍLIOS ECONÓMICOS AO 1.º CICLO – ANO LECTIVO 2011/2012 -----

Foi presente à Câmara a informação nº 70/SUASE/2011, datada de 28 de Novembro de 2011, relativa aos auxílios económicos ao 1º ciclo/ Ano Lectivo 2011/2012.-----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo feito a leitura da minuta de deliberação.-----

A Câmara deliberou por unanimidade autorizar o pagamento de auxílios económicos aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico para o ano lectivo 2011/2012, no valor de 12.794,73 €, conforme mencionado na informação em apreço. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

ADENDA AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM O CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL “O NINHO” -----

Foi presente à Câmara a informação nº 34/UEASS/2011, datada de 05 de Dezembro de 2011, relativa a Adenda ao Protocolo de Colaboração com o Centro de Educação Especial “ O Ninho “.-----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo feito a leitura da minuta de deliberação.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a celebração da adenda ao Protocolo de Colaboração com o Centro de Educação Especial “ O Ninho”, nos termos constantes na informação em apreço. -----

UNIDADE DE CULTURA, PATRIMÓNIO CULTURAL, TURISMO E JUVENTUDE

CONTRATOS-PROGRAMA DO ASSOCIATIVISMO 2011/2012 - PROPOSTA -----

Foi presente à Câmara a informação nº 51/DESP/2011, datada de 29 de Novembro de 2011, relativa a Contratos Programa do Associativismo 2011/2012.-----

A Presidente apresentou o assunto, começando por ler a proposta de deliberação, frisando que infelizmente ainda não tinham concretizado o contrato programa com o movimento associativo para o ano de 2011, dado ser intenção do executivo fazê-lo só após a conclusão de todos os pagamentos referentes aos contratos programa do ano de 2010, sendo que o último pagamento fora realizado ao Alcobertas Futebol Club, em sete de Novembro. --

Ainda sobre esta matéria opinou que mais valia tarde do que nunca, referiu que os contratos programa podiam ser apresentados na presente reunião, mas que como só produziam efeitos no ano de 2012 e, também, porque não houvera tempo para convocar o conselho municipal do desporto, eram apresentados na primeira reunião ordinária do mês de fevereiro.-----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

Referiu que os valores em causa para os anos de 2011 e 2012 iam ser incluídos nas Grandes Opções do Plano de 2012 e que ia ser respeitado o último regulamento aprovado.-----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, interveio, referindo que o que estava plasmado nos documentos em análise era o que ia ser objecto de contrato programa a celebrar no princípio do próximo ano, contemplando os anos de 2011 e 2012.-----

Questionou se as verbas eram respeitantes ao ano de 2011.-----

A Presidente voltou a usar da palavra, referindo que no ano de 2012 iam ser assinados dois contratos programa, pensando apresentar o contrato-programa de 2011 na primeira reunião de Fevereiro de 2012, como já afirmara. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira, voltou a usar da palavra, afirmando que o valor que o movimento associativo tinha a receber era referente ao ano de 2011. Questionou, ainda, quando se fazia alusão à proposta de contrato programa do associativismo desportivo para 2011 e se referia instalações desportivas, se todas as instalações utilizadas pelo Alcobertas Futebol Club, Ninho, etc., eram propriedade da CMRM.-----

A Presidente interveio, informando que eram instalações propriedade do município.-----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira, de novo no uso da palavra afirmou não haver, assim, qualquer subsidio para o movimento desportivo no que tem a ver com a sua actividade e com os transportes.-----

A Presidente esclareceu que o apoio ao associativismo desportivo relativamente às instalações desportivas a proposta era no montante de 96.800,00 Euros. Disse, ainda, que para os que não utilizavam estas instalações a proposta de apoio era de 6.450,00 Euros.-----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira, solicitou de novo a palavra, referindo que as

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

associações não iam ter apoio para fotocópias, folhetos, etc., portanto, no ano de 2011, só tinham apoio na utilização das instalações desportivas. -----

A Presidente referiu que era claramente essa a interpretação. -----

De novo no uso da palavra o Vereador, Dr. Silvino Sequeira, afirmou não haver qualquer apoio durante o ano de 2011, nem para transportes, nem para actividade desportiva dos jovens no Concelho de Rio Maior. Assim, considerou que o que existia era o que a Câmara já vinha fazendo, disponibilizava as suas instalações e depois, por razões contabilísticas, com a Desmor, projectava para os clubes os custos com a utilização das instalações desportivas. -----

Frisou ainda, que no ano de 2011, os clubes iam servir para transição de verbas que saíam da Câmara, passavam pelos clubes e eram injectadas na Desmor, significando que esta empresa ia ter verbas da Câmara, mas que eram contabilizadas como verbas dos Clubes. -----

A Presidente, no uso da palavra, frisou tratar-se de uma proposta semelhante há das últimas décadas. -----

Continuando a sua intervenção, a Presidente lamentou o facto de não haver possibilidade de apoiar as actividades do movimento associativo desportivo que utilizava instalações, dizendo, que na actual conjuntura era o que realmente era possível.-----

A Presidente disse, também, que quando o Vereador, Dr. Silvino Sequeira, dissera, e muito bem, que a Câmara apoiava os Clubes nas instalações desportivas e estes por sua vez iam pagar à Desmor, situação que era verdade, era importante perceber que iam pagar a utilização das excelentes instalações que realmente utilizavam. Mais disse que aos clubes que não utilizavam estas instalações que o valor era de 6. 450,00 Euros, que estes valores iam ser incluídos no Orçamento de 2012, mas o contrato programa referia-se ao ano de 2011. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

Terminou a sua intervenção informando que o apoio para o ano de 2012, era depois dos clubes apresentarem os seus documentos nos termos do regulamento existente. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira, voltou a referir que as verbas saíam da Câmara para os Clubes e entravam numa empresa chamada Desmor. -----

Ainda sobre esta matéria a Presidente voltou a intervir, afirmando que a verba que a Câmara transferia para os Clubes era para estes pagarem á empresa Desmor, a utilização das instalações. Disse que o pagamento era feito de acordo com uma tabela existente em função das horas de utilização dos atletas que tinham também a possibilidade de tomar banho, tornando-se necessário o apoio dos trabalhadores que acompanhavam toda esta utilização, que se traduzia em encargos para a empresa municipal. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, começando por referir que o documento era um “golpe de morte” no movimento associativo, questionando como é que, neste momento, quem tinha de entregar documentos na Câmara Municipal para apresentar uma candidatura, encerrava o ano sem qualquer entrada de receita. -----

Continuando no uso da palavra e do ponto de vista formal, opinou que o mesmo não estava correcto, porque era apresentado à Câmara Municipal antes do conselho de desporto e o conselho municipal de juventude terem reunido. -----

Frisou que as associações que quisessem tomar decisões relativamente aos compromissos para o próximo ano, definir estratégias e prioridades, era complicado. Opinou que não devia ser um assunto tratado de forma avulsa, traduzindo, na sua opinião, uma forma de resolver o problema da Desmor e não o problema dos Clubes, daí o seu voto contra. -----

O Vereador, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, interveio, recordando uma reunião onde estivera presente com a Vereadora, Dra. Sara Fragoso com o movimento associativo, na qual fora dado conhecimento às associações que no

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

próximo ano a Câmara não tinha disponibilidade financeira para colaborar com as colectividades concelhias.-----

Seguidamente, e aproveitando a presença da Comunicação Social, porque considerava que o que ia dizer era motivo para notícia, relevou a maturidade dos dirigentes associativos em aceitar as dificuldades da autarquia e terem compreendido a eventual ausência dos contratos programa, demonstrando que os dirigentes associativos estavam conscientes da situação actual do município e do País e demonstraram consciência do clima de austeridade e de responsabilidade que se vivia. -----

Terminou a sua intervenção congratulando-se com este apoio, opinando que felizmente a Câmara podia dar mais do que aquilo que estavam à espera. Dizendo que todos se deviam congratular e demonstrar apoio ao associativismo do Concelho. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, interveio, começando por afirmar que não se tratava de um assunto pacífico, que era legítimo que cada um tivesse a sua interpretação da situação. Aditou que num período de grandes dificuldades era de salientar a vontade de um município ainda ter coragem para sugerir e/ou propor a atribuição de qualquer tipo de verba. Terminou a sua intervenção afirmando que ia votar favoravelmente, porque era preferível o apoio em causa do que não ser concedido nenhum apoio ao associativismo. -----

A Câmara deliberou por maioria, com os votos a favor dos Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos pelo Futuro” e a Presidente, com a abstenção da Vereadora Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo, eleita pelo PS e os votos contra dos Vereadores, Dr.Silvino Manuel Gomes Sequeira e Carlos Alberto Nazaré Almeida, eleitos pelo PS, aprovar a inclusão das participações financeiras, no montante global de 103.250,00 € (cento e três mil duzentos e cinquenta euros), a celebrar com as coletividades do concelho, referente ao ano de 2011, nas GOP de 2012, nos termos da informação em apreço, bem como, a celebração de dois contratos programa, um referente ao

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

ano de 2011 e outro referente ao ano de 2012. -----

Deliberou ainda aprovar o prazo de entrega do processo de candidatura para o ano de 2012, de acordo com a informação em apreço. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez a seguinte declaração de voto oral:-----

“Votei contra, embora tenha uma certa dificuldade em votar contra, pelo aspecto cultural, pois ainda vão receber alguma coisa, enquanto o movimento desportivo não vai receber rigorosamente nada. -----

Quero dizer que lamento muito que não tenha havido da parte da maioria da Câmara uma compreensão para os problemas de carácter social que podem advir de uma decisão desta natureza. -----

Quero dizer que está aqui em causa a bondade das candidaturas em devido tempo apresentadas aos Fundos Comunitários, e à Administração Central que se iriam construir infraestruturas desportivas no Concelho de Rio Maior para facilitar a prática desportiva, nomeadamente a dos mais jovens, com vista a atingir bens de carácter social, porque os Fundos Comunitários não estavam disponíveis. Penso que ainda não estão para financiar o que quer que seja para daí se retirar dividendos, quer de uma forma directa, quer de uma forma indirecta, por quem apresenta candidaturas. -----

Quero dizer-vos que compreendo perfeitamente as dificuldades porque a Câmara passa, simplesmente tudo tem bom senso, não é preciso baixar ao zero, bastava uma simples atenção no que tem a ver com o apoio à actividade e com o apoio aos transportes. -----

O que está aqui em causa é a prática desportiva de centenas de jovens. -----

A Sra. Presidente, tem consciência que alguns clubes ao não receberem o patrocínio para a atividade desportiva, ao não receberem para transportes, alguém vai ter de ser sobrecarregado, estou a referir-me aos encarregados de educação, pois se não houver “carrinhas” tem de haver “carros” e a juntar a isso as dificuldades com que as pessoas vivem. -----

E votei contra porque isto tem consequências sociais terríveis, há pais que têm dois e três filhos associados aos clubes, os clubes têm de pagar a técnicos, têm de pagar outro tipo de enquadramento e têm objetivamente de sobrecarregar os pais. Temos de ter consciência que isto vai pesar no bolso familiar, juntando a tudo o resto o que se passa exteriormente. -----

Vai haver, salvo casos excepcionais, muitas centenas de crianças que vão deixar de praticar desporto, vão deixar de ter qualquer actividade desportiva às segundas-feiras, terças-feiras, etc. e eu não quero ficar conotado com uma decisão deste género, com as consequências que daqui possam, efectivamente advir.-----

Também quero dizer, e o Sr. Vereador, Dr. Nuno Malta referiu e muito bem, uma reunião que teve com o movimento associativo e houve alguém que nessa reunião do movimento associativo disse que isto era o fim, era o ataque ao associativismo.-----

Quando me disseram isso eu nem queria subscrever essa declaração, mas hoje objectivamente tenho de o fazer. E peço que repensem as atitudes que estão a tomar, pois trata-se de um ataque fortíssimo ao movimento associativo com consequências gravíssimas. Quero dizer também que o desporto é hoje das mais-valias de carater económico e social que o Concelho de Rio Maior tem. Graças ao Desporto temos a Escola Superior de Desporto que tem 800 alunos, tem dezenas de professores, dezenas de funcionários, injecta cerca de 300/400 mil Euros mês no concelho de Rio Maior, na sua vida económica e ao fim de um ano estamos a falar de três a quatro milhões de Euros.-----

Penso que não foi tido em devida conta o que hoje representa a actividade desportiva no Concelho de Rio Maior. Obviamente que não podia em consciência votar favoravelmente, nem sequer abster-me, para uma resolução deste género, com as consequências que vai ter para o movimento associativo e com as consequências que vai ter para os nossos jovens.”-----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto oral:-----

“Votei contra pelos seguintes motivos: Primeiro porque em termos objectivos e em termos práticos o movimento associativo não vai ter qualquer receita em dois mil e onze e acredito que no orçamento de dois mil e doze esta situação pode ser remediada;-----

Segundo: Votei contra porque formalmente este documento não pode vir agora à Câmara sem previamente ser ouvido o Conselho Municipal de Desporto e o Conselho Municipal de Juventude; votei ainda contra porque esta prática traz como consequência o definhamento completo do associativismo em Rio Maior”.-----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva, fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“Abstive-me porque neste assunto vejo vantagens e desvantagens. Assim, porque em primeiro lugar tinha já sido adiantado e dito na Reunião de Câmara que nada iria ser transferido este ano para o movimento associativo, e afinal ainda há a possibilidade, não transferindo este ano, mas de se enquadrar no próximo ano. -----

Abstive-me porque entendo que, apesar de escassas, as verbas relativas ao ano de dois mil e onze devem ser contempladas mesmo no ano de dois mil e doze, mesmo sendo escassas. -----

Não votei a favor por considera-las insuficientes face às necessidades, face certamente à vontade de todas as partes envolvidas e não contemplarem actividades e transportes relativamente ao movimento associativo desportivo. Espero ainda que, no quadro do orçamento de dois mil e doze, possam ser contempladas algumas verbas para actividades e transportes, não só para o movimento associativo cultural, mas também, mesmo que poucas, para suprir algumas dificuldades do movimento associativo desportivo, a bem da continuação da dinâmica das associações culturais e desportivas que tanto trabalho têm feito no nosso Concelho e tanto reconhecimento merecem por parte dos poderes públicos e das famílias, pelo bom trabalho que tem sido feito.” -----

O Vereador, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“Relativamente a este ponto votei favoravelmente, não obstante o que já aqui foi discutido, por entender que apesar destes apoios efetivamente serem para sustentar uma empresa que foi criada, que tem que sobreviver. Vou votar favoravelmente para que, se é para pagamento de instalações desportivas ou não, efectivamente, as associações vão ter algum montante e esse montante é pouco, mas é de boa vontade e permitirá certamente que estas associações consigam ter alguma folga e consigam cumprir com os compromissos assumidos.” -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, fez a seguinte declaração de

voto oral:-----

***“Votei favoravelmente, mas perfeitamente consciente que a falta de apoios, quer ao movimento associativo, quer ao movimento desportivo, quer aos transportes, independentemente de serem para as associações e / ou para o desporto, são fundamentais para a manutenção e crescimento até dos vários clubes/instituições que se dedicam a estas actividades. -----
No entanto, e estando consciente, deste facto, o que me levou a votar favoravelmente, embora concordando que os montantes são os possíveis, não são os ideais. Penso que este executivo, em vez de estar especialmente a pôr em causa os apoios sociais aos alunos do Concelho, pôr em causa o pagamento de refeições, o pagamento de transportes, porque infelizmente num período de crise, cada vez mais as autarquias têm de estar presentes e ponderando as situações, daí o meu sentido de voto. -----
Penso que, estamos todos conscientes das dificuldades que o Concelho está a atravessar e o País, é preferível ter um carater mais diversificado no apoio social do que no apoio ao associativismo porque do grande número de associações existentes no Concelho, grande parte está inactiva há muitos anos, por várias razões, possivelmente por falta de dinheiro, outros têm sido mais dinâmicos com os subsídios de várias origens, vindo a progredir. Penso que numa altura em que o dinheiro é pouco, é tudo uma questão de opção.” -----***

A Presidente, fez a seguinte declaração de voto oral:-----

***“A minha declaração de voto vai no sentido das questões legais, quando aqui é questionada a legalidade da proposta apresentada à Câmara, pelo facto de não ter sido presente ao Conselho Municipal de Desporto.-----
Votei favoravelmente e confiante nos técnicos da autarquia, aqui presentes, nomeadamente o Dr. Fernando Costa e o Prof. Tito Gomes. Foi uma situação amplamente discutida entre nós, a legalidade da proposta ser apresentada à Câmara antes de ser apresentada em definitivo e aí sim, com cada uma das associações, essa proposta sim, terá de ser presente ao Conselho Municipal do Desporto, daí a previsão de apresentar o assunto na primeira reunião de Câmara de Fevereiro. -----
Votei favoravelmente por todas as questões referidas anteriormente e porque entendo, de acordo com o que me foi transmitido, que o presente assunto não***

está ferido de legalidade”-----

UNIDADE FINANCEIRA, CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E
PATRIMÓNIO

**AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS QREN/INALENTEJO/CIMLT – EIXO 3
– CONECTIVIDADE E ARTICULAÇÃO TERRITORIAL – REGULAMENTO MOBILIDADE
TERRITORIAL – CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE TROÇOS DA REDE VIÁRIA
MUNICIPAL – 3ª FASE -----**

Foi presente à Câmara a informação nº 39/2011/UFCAP – LV, referente à candidatura da operação “Construção e beneficiação de troços da rede viária municipal – 3ª fase” – QREN – INALENTEJO – Eixo 3 Conetividade e Articulação Territorial – regulamento Específico Mobilidade Urbana – Aviso de Abertura de Concurso para apresentação de candidaturas nº ALENT-06-2011-36.-----

A Presidente, apresentou o assunto, tendo lido a proposta de deliberação. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, questionando a razão pela qual a intervenção na EM 508 de Vale de Óbidos era executada só até à localidade de Abuxanas e não até ao limite do Concelho, pois toda a estrada carecia de reparação.-----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, interveio, esclarecendo que, apesar de na candidatura constar o troço Vale de Óbidos / Abuxanas, como os micros aglomerados não vão ser contínuos, apenas nos locais onde tem havido mais acidentes, a referida estrada vai ser reparada até ao limite do Concelho.--

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a apresentação de candidatura para “ Construção e beneficiação de troços da rede viária municipal – 3ª Fase, de acordo com o parecer técnico apresentado. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto oral:-----

“Quero felicitar a Câmara por aproveitar esta oportunidade e ao mesmo tempo também o meu reconhecimento pelo trabalho excelente dos serviços nas informações constantes neste processo.”-----

Os restantes eleitos pelo Partido Socialista subscreveram a presente Declaração de Voto.-----

HASTA PÚBLICA PARA VENDA DE VIATURAS E MÁQUINAS USADAS – ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA DO LOTE N.º 5 -----

Foi presente à Câmara a informação nº 212/2011, da SUAP, datada de 30 Novembro de 2011, relativa à Hasta Pública para a Venda de Viaturas e Máquinas Usadas – Adjudicação Definitiva.-----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta da deliberação. -----

A Câmara tomou conhecimento do teor da informação supra citada e da aca da comissão de análise de propostas tendo deliberado por unanimidade adjudicar definitivamente a venda do lote nº 5 ao Sr. Luís Filipe Santana Dias pelo valor de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros) acrescido de IVA à taxa legal. -----

UNIDADE DE OBRAS PÚBLICAS E EQUIPAMENTOS

RECOLHA SELECTIVA DE ÓLEOS ALIMENTARES USADOS – HASTA PÚBLICA -----

Foi presente à Câmara a informação nº 93/2011, da UOPE e a informação nº 691/2011, da UCCP, datada de 1 de Setembro, relativa a recolha selectiva de óleos alimentares usados – Hasta Pública.-----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta da deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, nos termos e fundamentos constantes das informações em apreço, aprovar o procedimento proposto para

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

implementação da rede de recolha, transporte e encaminhamento de óleos alimentares usados no Município de Rio Maior, através de Hasta Pública, bem com as respectivas condições gerais.-----

CONCURSOS PÚBLICOS DA CENTRAL DE COMPRAS ELECTRÓNICAS DA CIMLT - AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES -----

Foi presente à Câmara a informação nº 56/2011, da UOPE, datada de 23 de Novembro, relativa a concursos públicos da central de compras electrónicas da CIMLT – Aquisição de Combustíveis e Lubrificantes.-----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta da deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, nos termos e fundamentos constantes da informação em apreço, aprovar a abertura de procedimento para aquisição de Combustíveis e Lubrificantes através da Central de Compras Electrónicas da CIMLT.-----

Mais deliberou submeter o assunto a aprovação da Assembleia Municipal. -----

CONCURSOS PÚBLICOS DA CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS DA CIMLT - AQUISIÇÃO DE ENERGIA PARA INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO ESPECIAL ENERGIA -----

Foi presente à Câmara a informação nº 81/2011 – PCM, datada de 05 de Dezembro, relativa a Concursos Públicos da Central de Compras Electrónicas da CIMLT – Aquisição de energia eléctrica para instalações alimentadas em média e baixa tensão especial energia. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta da deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos e fundamentos constantes da informação em apreço, aprovar a abertura de procedimento para aquisição de energia eléctrica para instalações alimentadas em média tensão

(MT) e baixa tensão especial (BTE) através da Central de Compras Eletrónicas da CIMLT.-----

Mais deliberou submeter o assunto a aprovação da Assembleia Municipal. -----

UNIDADE DE OBRAS PARTICULARES E ORDENAMENTO

REQUERIMENTO Nº 2680/2008 – INFORMAÇÃO PRÉVIA DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO, EM PINHAL DE ASSEICEIRA, FREGUESIA DE ASSEICEIRA, EM NOME DE MARIA JOSÉ RAMOS COSTA E MARIA IVONE JUSTO RAMOS -----

Foi presente à Câmara o requerimento nº 2680/2008 – Informação Prévia de Operação de Loteamento, em Pinhal de Asseiceira, freguesia de Asseiceira, em nome de Maria José Ramos Costa e Maria Ivone Justo Ramos, acompanhado de informação e parecer emitido pela Unidade de Obras Particulares e Ordenamento e Unidade de Obras Públicas e Equipamentos. ---

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta da deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, deferir o pedido de informação prévia de operação de loteamento condicionada às informações supracitadas.-- Mais deliberou notificar a requerente que o conteúdo da informação prévia vincula a Câmara Municipal sobre a eventual apresentação de comunicação prévia desde que apresentada no prazo de um ano após a decisão favorável, de acordo com o disposto no artigo 17º do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de Dezembro, com a actual redacção dada pelo Decreto-Lei nº26/2010, de 30 de Março. -----

REQUERIMENTO Nº 2178/2011 - PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM NOME DE RUIPEDRA – INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE PEDRA, LDA. – CASAIS MONIZES – ALCOBERTAS -----

Foi presente à Câmara o requerimento nº 2178/2011, relativo ao pedido de declaração de interesse público municipal em nome de Ruipedra – Indústria de Extração e Transformação de Pedra, Lda., sito em Casais Monizes – Alcobertas, acompanhado de parecer da Unidade de Obras Particulares e

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

Ordenamento.-----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta da deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade concordar com os fundamentos do parecer técnico reconhecendo a Utilidade Pública Municipal da firma requerente dado tratar-se de uma infra-estrutura que de forma inequívoca é parte do tecido empresarial e económico da região de grande dimensão e que a mesma seja incluída nas pretensões a considerar na revisão do Plano Director Municipal. Mais deliberou que o assunto seja presente à Assembleia Municipal para aprovação da proposta apresentada. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto oral:-----

“Votei favoravelmente esta declaração de interesse público municipal, porque se trata de uma empresa sediada no Concelho de Rio Maior, numa freguesia em que a componente do emprego e a mais valia económica que traz para esta região é extremamente importante para o Concelho de Rio Maior” -----

Os restantes eleitos pelo Partido Socialista subscreveram a presente Declaração de Voto e o Vice-Presidente. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, fez a seguinte declaração de voto oral:-----

***“Votei favoravelmente porque atendendo à importância da empresa para a comunidade local, mais concretamente para a freguesia de Alcobertas, onde tem cerca de noventa postos de trabalho. -----
É uma maneira que a Autarquia tem de, em sede de revisão do PDM, conseguir ultrapassar o problema da legalização das instalações.” -----***

Os restantes eleitos pelo Partido Socialista subscreveram a presente Declaração de Voto e a Presidente. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

PROCESSO Nº 90/2011 – LICENCIAMENTO DE POSTO DE ABASTECIMENTO DE GASÓLEO PARA CONSUMO PRÓPRIO, EM CHAINÇA AO GATO PRETO, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE RAÇÕES PROGADO, CENTRO-SUL, S.A. -----

Foi presente à Câmara o processo nº 90/2011, relativa ao Licenciamento de Posto de Abastecimento de Gasóleo para consumo próprio, sito em chainça ao Gato Preto, freguesia de Rio Maior, em nome de Rações Progado, Centro-Sul, S.A., acompanhado de pareceres emitidos pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo e Unidade de Obras Particulares e Ordenamento. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta da deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, face aos pareceres emitidos, aprovar o presente licenciamento -----

Deve o requerente solicitar a vistoria final após o prazo de execução da obra, conforme disposto no artigo 12º do D.L. nº 267/2002, 26/11, alterado e republicado pelo D.L. nº 195/2008, de 06/10. -----

PROCESSO Nº 1659/2011 – LICENCIAMENTO DE INSTALAÇÃO DE ARMAZENAMENTO DE COMBUSTÍVEIS, EM QUINTA DO SANGUINHAL, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE SIFUCEL – SÍLICAS, S.A. -----

Foi presente à Câmara o processo nº 1659/2011, relativo ao Licenciamento de Instalação de Armazenamento de Combustíveis, em Quinta do Sanguinhal, freguesia de Rio Maior, em nome de Sifucel – Sílicas, S.A., acompanhado de pareceres emitidos pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo e Unidade de Obras Particulares e Ordenamento. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta da deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, face aos pareceres emitidos, aprovar o presente licenciamento. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

Deve o requerente solicitar a vistoria final após o prazo de execução da obra, conforme disposto no artigo 12º do D.L. nº 267/2002, de 26/11, alterado e republicado pelo D.L. nº 195/2008, de 06/10. -----

PROCESSO N.º 1551/2010 – RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE ARMAZENAGEM (EXPLORAÇÃO), EM TUFO, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE NOBRE ALIMENTAÇÃO, S.A.. -----

Foi presente à Câmara o processo nº 1551/2010, relativo à renovação da licença de armazenagem (exploração), em Tufo, freguesia de Rio Maior, em nome de Nobre Alimentação, S.A., acompanhado de pareceres emitidos pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo e Unidade de Obras Particulares e Ordenamento. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta da deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, face aos pareceres emitidos, aprovar o presente licenciamento. -----

Deve o requerente solicitar a vistoria final após o prazo de execução da obra, conforme disposto no artigo 12º do D.L. nº 267/2002, de 26/11, alterado e republicado pelo D.L. nº 195/2008, de 06/10. -----

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE REABILITAÇÃO URBANA E PLANEAMENTO URBANO

ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA ENTRE A LT – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM E A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR – 2011 -----

Foi presente à Câmara a Adenda ao Contrato-Programa entre a LT – Sociedade de reabilitação Urbana, EM e a Câmara Municipal de Rio Maior – 2011, acompanhado de proposta da Presidente da Câmara. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

minuta da deliberação. -----

A Câmara Municipal, em face do exposto, deliberou por unanimidade aprovar a adenda ao Contrato-Programa celebrado entre a Câmara Municipal de Rio Maior e a LT – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM para o ano de 2011, conforme minuta que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.

CONTRATO-PROGRAMA ENTRE A LT – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM E A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR – 2012 -----

Foi presente à Câmara o Contrato-Programa entre a LT – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM e a Câmara Municipal de Rio Maior – 2012, acompanhado de proposta da Presidente da Câmara, datada de 2 de Dezembro. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta da deliberação. -----

A Câmara, em face do exposto, deliberou por unanimidade aprovar o Contrato – Programa a celebrar entre a Câmara Municipal de Rio Maior e a LT – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, para o ano 2012, conforme minuta que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta, com a finalidade de dotar a empresa dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das obrigações definidas no âmbito do programa de reabilitação urbana previsto. --

ASSUNTOS ALÉM DA AGENDA

MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2011. -----

Após apresentação do assunto pela Presidente, o assunto foi colocado à admissibilidade do Executivo, ao abrigo da previsão do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo o mesmo sido admitido por unanimidade. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

Foi presente à Câmara a informação nº 22/UFCAP, datada de 07 de Dezembro, relativa à Modificação Orçamental – 4º Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – 2011. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação e dando os necessários esclarecimentos, nomeadamente que o valor do reforço era de quarenta e um mil, setecentos e quarenta Euros.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a proposta de Modificação Orçamental – 4ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 4ª Revisão às Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Actividades Mais Relevantes) 2011, e, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 64º da Lei nº 169/99, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, submeter à aprovação da Assembleia Municipal.-----

CANDIDATURA – ALENT-04-0435-FEDER-000289. -----

Após apresentação do assunto pela Presidente, o assunto foi colocado à admissibilidade do Executivo, ao abrigo da previsão do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo o mesmo sido admitido por unanimidade. -----

Foi presente à Câmara a informação nº 94/2011 e ofício nº 1199-FC/BP da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Rio Maior, ambos datados de 07 de Dezembro, relativos à Candidatura – ALENT-04-0435-FEDER-000289. -----

A Presidente, interveio, fazendo a apresentação do assunto e lendo a proposta de deliberação, dando esclarecimentos diversos sobre o mesmo.-----
Seguidamente deu a palavra ao Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior, presente na sala de reuniões.-----

PAULO CARDOSO -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

O Sr. Paulo Cardoso interveio, por solicitação da Presidente, informando que a necessidade urgente invocada se prendia com a apresentação de uma candidatura ao QREN, relativa à aquisição de veículos para operações de socorro e proteção civil, para a corporação. Frisou tratar-se de um assunto urgente que decorria de uma necessidade legal dado ter-se verificado alteração dos corpos da Liga de Bombeiros Portugueses, havendo a necessidade de promover eleições nas Federações de cada distrito, realizando-se nesta data as eleições da Federação dos Bombeiros de Santarém, daí a urgência na assinatura do referido protocolo.-----

Terminou, agradecendo a disponibilidade do executivo para apresentar o assunto na presente reunião. -----

A Presidente voltou a usar da palavra reforçando tratar-se de um apoio institucional que estava a ser solicitado a todos os municípios que manifestaram a sua disponibilidade para efectuar transferências correntes e de capital, dizendo que estas transferências eram para suportar a componente nacional. -----

Seguidamente leu o acordo em apreço. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade aprovar o Acordo de Parceria a celebrar com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Rio Maior, nos termos da informação em apreço.-----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto oral:-----

“Agradeço a explicação dada e congratulo-me com esta iniciativa, pois o município tem responsabilidades na Proteção Civil e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntário de Rio Maior tem sido um parceiro de alto nível e com uma vontade grande de servir as populações do Concelho de Rio Maior, de forma que são merecedores desta confiança e também do esforço financeiro da Câmara Municipal de Rio Maior, que se vai traduzir na melhoria de condições

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011

para as populações do concelho”.-----

Os restantes eleitos pelo Partido Socialista subscreveram a presente declaração de Voto, o Vice-Presidente e a Presidente. -----

ENCERRAMENTO

Quando eram dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos a Presidente, Dra. Isaura Morais a presidir, deu por encerrados os trabalhos desta reunião, da qual se lavrou minuta para os efeitos imediatos e a presente acta, a qual vai ser assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS: _____